

Evo Morales e a Democracia

Boaventura de Sousa Santos*

** Catedrático
da Faculdade
de Economia
de Coimbra (Portugal)
e profesor visitante
da Universidade
de Winsconsin-Madison,
da London School
of Economics,
da Universidade
de São Paulo
e da Universidade
de Los Andes.
Director
do Centro
de Estudos Sociais
da Universidade
de Coimbra e do Centro
de Documentação
25 de Abril
da mesma instituição.*

Pela terceira vez na história do país (1937, 1969, 2006), a Bolívia acaba de decretar a nacionalização dos seus recursos naturais. A medida terá, para já, um impacto económico significativo apenas no caso do gás natural, de que a Bolívia detém as segundas maiores reservas do continente. Qualquer democrata que se preze –ou seja, alguém para quem a democracia deve ser levada a sério, sob pena de ser desacreditada e sucumbir facilmente a aventuras autoritárias– deverá saudar esta medida. Por três razões principais.

Em primeiro lugar, porque ela foi uma das promessas eleitorais que levaram ao poder o Presidente Evo Morales. Se as promessas eleitorais não forem cumpridas, o que tem vindo a ser recorrente no continente, a democracia representativa deixará a prazo de ter qualquer sentido. Acontece que, neste caso, o não cumprimento da promessa eleitoral seria particularmente grave porque os bolivianos mostraram de forma eloquente (com o sacrifício da própria vida) em várias ocasiões nos últimos

[Año VII Nº 19 ENERO-ABRIL 2006]

OSAL 33

anos a sua determinação em pôr fim à pilhagem dos seus recursos: os protestos massivos entre 2000 e 2005, que levaram à demissão de dois presidentes e culminaram com o referendo vinculante de Julho de 2005, em que 89% dos participantes se pronunciou a favor da nacionalização dos hidrocarbonetos.

A segunda razão para saudar esta medida é que se a democracia não é sustentável para além de certo limite de exclusão social, podemos dizer que a Bolívia está próximo desse limite, já que cerca de metade da população vive com menos de um euro e meio por dia. O empobrecimento agravou-se nas duas últimas décadas com o neoliberalismo, cujo cerco à sobrevivência do país não cessa de se apertar. Com a recente assinatura dos tratados bilaterais de livre comércio dos EUA com a Colômbia e o Peru, a exportação de produtos agrícolas (sobretudo soja) para os países vizinhos terminará. É certo que a nacionalização não basta, porque se bastasse as nacionalizações anteriores teriam resolvido os problemas do país. Deve ser complementada com uma política progressista de redistribuição social e de investimento na saúde, na educação, nas infraestruturas básicas, na segurança social. Se tal complementaridade ocorrer, o contexto para a nacionalização não podia ser melhor, dado o aumento do preço dos recursos energéticos. Neste domínio, a democracia e a justiça social têm outro ponto de contacto: é moralmente repugnante que as empresas energéticas colham frutos fabulosos —a vender o barril de petróleo acima de 70 dólares com base em contratos de exploração em que o preço de referência é muito inferior a 20 dólares— enquanto o povo morre de fome e de doenças curáveis.

A terceira razão para saudar o decreto do Presidente Morales é que esta nacionalização é muito moderada (não envolve expropriação) e visa repor a segurança jurídica, que deve ser um dos pilares da democracia. As privatizações da década de 1990, além de terem sido ruinosas para o país, foram ilegais, como acabam de

***“Qualquer
democrata
que se preze
—ou seja, alguém
para quem
a democracia
deve ser levada
a sério, sob pena
de ser
descredibilizada
e sucumbir
facilmente a
aventuras
autoritárias—
deverá saudar
esta medida”***



© David Mercado

declarar os tribunais, já que os contratos de exploração não foram aprovados pelo poder legislativo, como manda a Constituição. Em termos jurídicos, a nacionalização é condição mínima para que o governo da Bolívia possa renegociar os contratos com as empresas energéticas de modo mais justo, a fim de que estas renunciem aos seus superlucros (não aos seus lucros) para que o povo empobrecido possa viver um pouco melhor.

Perante a força destas razões, cabe perguntar pelo porquê da reacção hostil dos países muito mais ricos e aparentemente muito mais democráticos que a Bolívia. ¿Será que quando a democracia interfere com os nossos negócios são estes que prevalecem?